



IMAGINÁRIO CATAGUASENSE DO PROGRESSO: SOTERRANDO A MEMÓRIA, A ARTE E A CULTURA INDÍGENA PURI

IMAGINATION OF THE PROGRESS OF THE CITY OF CATAGUASES/MG BURYING THE MEMORY, ART AND INDIGENOUS PURI CULTURE

Carlos Gonçalves Tavares¹

UFJF/PPGE

Francione Oliveira Carvalho²

UFJF/PPGE

Resumo: Esta comunicação pretende ampliar a leitura da cidade de Cataguases, localizada na Zona da Mata Mineira para além da sua herança modernista. Resgatando camadas que deem visibilidade às experiências e às contribuições indígenas neste território. Dessa forma, compreendemos esta discussão como uma contribuição ao cumprimento da Lei 11.645/08. Para isso, o artigo problematiza a narrativa oficial sobre o território (REZENDE E SILVA, 1908; FONSECA, 2011; MELLO, 2014), resgata novas narrativas que protagonizam as histórias indígenas (RAMOS, 2017; KRENAK, 2022; DA SILVA, 2024). A partir daí sustenta a ideia de que as cidades exercem funções pedagógicas que podem disparar processos educativos sensíveis e artísticos que revelam diferentes experiências sobre o estar no mundo (CARVALHO, 2021), por isso, fundamentais numa aula de Arte e na Formação Docente em Arte.

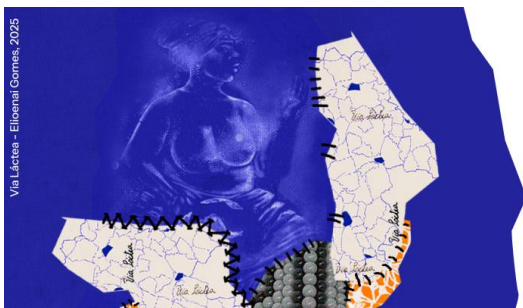
Palavras-chave: Cataguases; Lei 11.645/08; povos Puris; imaginário; formação de professores.

Abstract: This paper aims to broaden our understanding of the city of Cataguases, located in the Zona da Mata region of Minas Gerais, beyond its modernist heritage. It aims to uncover layers that give visibility to Indigenous experiences and contributions in this territory. Thus, we understand this discussion as a contribution to compliance with Law 11.645/08. To this end, the article problematizes the official narrative about the territory (REZENDE E SILVA, 1908; FONSECA, 2011; MELLO, 2014) and recovers new narratives that center on Indigenous stories (RAMOS, 2017; KRENAK, 2022; DA SILVA, 2024). From this, it supports the idea that cities perform pedagogical functions that can trigger sensitive and artistic educational processes that reveal different experiences of being in the world (CARVALHO, 2021), and are therefore fundamental in art classes and in art teacher training.

Keywords: Cataguases; Law 11.645/08; Puris people; imaginary; teacher training.

¹ Doutorando em Educação pelo PPGE/UFJF. Doutor em Comunicação, Cultura e Artes, pela Universidade do Algarve, em Portugal. Mestre em Comunicação pela UFJF. Licenciado em Educação Física pela Faculdades Sudamérica e Pedagogia pela Faculdade Intervale. Foi bailarino da Cia Ormeo (2025-2013). Docente na Faculdades Sudamérica, em Cataguases. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1819783424431601>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4225-5792>. Bolsista CNPq.

² Atua nas Licenciaturas em Artes Visuais e Pedagogia e no Programa de Pós-graduação em Educação - PPGE. Doutor e Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. É líder do MIRADA - Grupo de Estudo e Pesquisa em Visualidades, Interculturalidade e Formação Docente locado na Faculdade de Educação da UFJF. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6262224578426097> Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7511-5708>



1 INTRODUÇÃO

É necessário reconhecermos que as cidades exercem funções pedagógicas para além de suas tarefas econômicas, sociais e políticas tradicionais. Nessa perspectiva, elas compõem redes de possibilidades educativas que as recolocam na relação com os outros espaços de educação, tal como a escola e a universidade. Como aponta Carvalho (2021) é fundamental refletir sobre o potencial educativo das cidades na formação dos professores de Arte e de como esta experiência amplia os seus conceitos sobre a arte e a cultura.

Esta comunicação pretende ampliar a leitura da cidade de Cataguases, localizada na Zona da Mata Mineira para além da sua herança modernista. Resgatando camadas que deem visibilidade às experiências e às contribuições indígenas neste território. Dessa forma, compreendemos esta discussão como uma contribuição ao cumprimento da Lei 11.645/08, legislação brasileira que tornou obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo das escolas de ensino fundamental, médio e na Formação de Professores. A lei altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e visa valorizar as contribuições desses grupos na formação da sociedade brasileira, incluindo aspectos sociais, econômicos e políticos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 HISTÓRIA INDÍGENA E O PROCESSO COLONIAL: OS POVOS ORIGINÁRIOS DE CATAGUASES/MG

Antes da colonização, a região de Cataguases era habitada por povos indígenas dos troncos linguísticos Macro-Jê e Tapuia, com destaque para os Cataguás (etnônimo que originou o nome da cidade), os Coroados, e os Carapós/Kropós, denominação genérica dada pelos portugueses aos indígenas Puris. Outro termo utilizado pelos exploradores era “botocudo”, considerados violentos pelos invasores, forma pejorativa de denominação utilizada de forma generalizada para designar diversas sociedades do grupo Jê, inclusive os grupos étnicos acima listados,



ocupantes da zona leste e sudeste de Minas Gerais que resistiram à colonização (FONSECA, 2011).

Os Puris constituem um grupo indígena pertencente ao tronco linguístico macro-jê, cuja localização original abrange quatro estados da região Sudeste do Brasil: Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo. O território tradicional dessa etnia compreende toda a extensão banhada pela bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, além de áreas adjacentes às bacias dos rios Grande e Doce (RAMOS, 2017).

Segundo Mattos (2016) este é o primeiro registro de grupos humanos que habitaram as terras dessa região de Minas Gerais, desde o século XVI. O autor completa, dizendo que na perspectiva dos colonizadores, os povos originários eram frequentemente considerados como força de trabalho escravizada. Contudo, quando não se adequavam a essa finalidade, eram vistos como um empecilho aos objetivos do projeto colonial. Essa dinâmica resultou em uma significativa distorção tanto na história quanto na cultura dessas comunidades indígenas.

O vocábulo "Puri" deriva da língua dos indígenas Coroados, sendo interpretado como "ousado". Tal designação encontra-se associada à forma inesperada com que esses grupos indígenas realizavam seus ataques contra os adversários e à agilidade com que se deslocavam entre os vales das serras. Os Puris e os Coroados denominavam-se mutuamente utilizando o mesmo termo. Narrativas preservadas por antigos anciãos indicam que as etnias Puris, Coroados e Coropó compartilham uma origem comum, sendo todos integrantes de um povo originalmente unificado (SAMPAIO, 1928). Acredita-se também em outra teoria sobre a origem do termo "Puri", que ocorrera a partir de uma denominação pejorativa, dada pelos seus vizinhos Coroados: povo miúdo, gentinha, fraco, de pequena estatura (MÉTRAUX, 1979).

Conforme Da Silva (2024) ressalta, documentos primários e relatos de viajantes do século XIX mencionam os fracassos dos experimentos de aldeamento dos povos Puri, atribuídos às frequentes fugas ou à morte da maioria em poucos anos. Esses registros descrevem os Puris como "nômades por excelência", destacando sua resistência à vida sedentária, característica dos modelos de aldeamento. Tais aldeamentos eram criados com o propósito de "civilizar" os indígenas e,



especialmente no século XIX, reclassificá-los posteriormente como caboclos ou aculturados. Essa estratégia buscava justificar a exclusão de garantias legais sobre seus direitos territoriais. A identidade indígena tornava-se invisível ao ser confundida com categorias como mestiço ou pardo, o que contribuía para sua exclusão dos documentos oficiais e para a negação de direitos relacionados às suas terras, diretamente atrelados à identidade cultural.

Em 1818, Spix e Martius fizeram uma observação sobre aspectos comportamentais e demográficos que foi posteriormente revisitada por Wladimir Isaac Acácio Reis, destacando dois pontos relevantes. O primeiro diz respeito a uma estimativa populacional que identificava cerca de 4.000 puris, 2.000 coroados e apenas 300 coropós. O segundo ponto revela que, além de serem mais numerosos, os puris ainda mantinham uma resistência à presença e ao domínio português na região durante aquele período (SOARES, 2009).

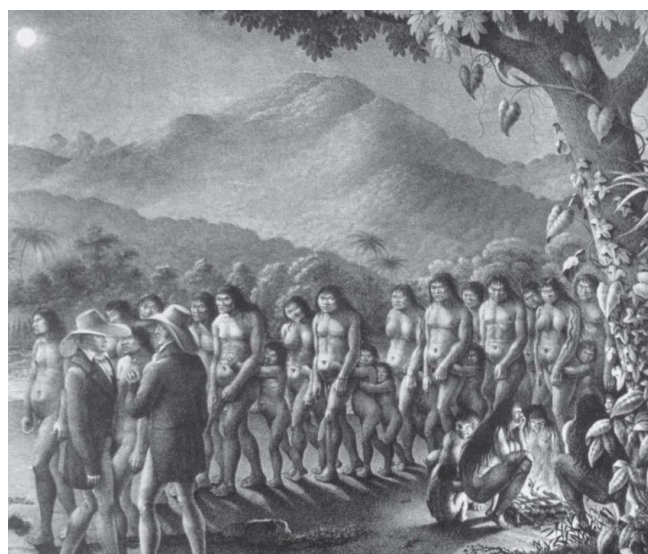
É preciso muito cuidado ao olhar para as imagens produzidas por Spix e Martius (Imagem 1), assim como as demais fontes de informação históricas, as imagens não podem ser aceitas imediatamente como espelhos fiéis dos fatos, pois são representações particulares comprometidas pelas relações de poder. Carvalho (2008) alerta que as representações são portadoras do simbólico, dizem mais do aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, muitas vezes dispensando reflexão, caso exemplificado pelo estereótipo. Elas trazem consigo o *imaginário*, representações coletivas construídas sobre a realidade, que por ser histórico, mostra como cada época constrói representações que dão sentido ao real.

Dentro deste contexto, Said (1999) aponta que um importante debate contemporâneo é sobre os resíduos culturais do imperialismo – a questão de como os “nativos” são apresentados nos meios de comunicação ocidentais – e de como algumas ideologias são reforçadas pela educação. Para o autor a invocação do passado constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente. “O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de



fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas (SAID, 1999, p. 33).

Figura 1 – MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von; SPIX, Johann Baptist von. - TANZ DER PURIS. Data: 1823-1831. Litografia original em preto e branco. 47,5 x 39,5 cm.



Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-5-Danca-dos-indios-Puri-Spix-Martius-1967_fig3_50990351, acesso 19 de set. 2025.

Segundo Sampaio (1928), a maioria da população puris foi morta e escravizada e suas terras foram tomadas por inúmeras violências. Já no século 19, foram dados como extintos, embora nos últimos anos coexistem vários movimentos de retomada cultural dos descendentes dessa etnia na Zona da Mata Mineira, liderados pelo Movimento Mulheres Puri, Retomada Puri Uxo Txori e a liderança Dauá Puri (Imagem 2).



Figura 2 – Publicações no Instagram do perfil Movimento de Retomada Puri Uxo Txori.



Fonte: Disponível em: <https://www.instagram.com/retomadapuri/>, acesso 19 de set. 2025.



2.2 MODERNISMO E O IMAGINÁRIO CATAGUASENSE DO PROGRESSO SOTERRANDO A MEMÓRIA PURI

No alvorecer do século XX, observa-se uma transição gradual da economia agroexportadora para a industrialização, com ênfase no segmento têxtil. Esse processo foi acompanhado por expressivo êxodo rural e pela formação de vilas operárias, reconfigurando a estrutura social e produtiva da cidade. Paralelamente, o período de 1925 a 1929 foi marcado por notável efervescência cultural, simbolizada pela produção cinematográfica pioneira de Humberto Mauro – em colaboração com Pedro Comello e Eva Nil – e pela atuação do Grupo Literário Verde, que projetou Cataguases no cenário modernista brasileiro.

Não é nosso objetivo desprestigiar ou questionar as diversas contribuições artísticas e culturais surgidas na cidade de Cataguases a partir do século XX, mas desconstruir o discurso colonialista que despreza aquilo que não veem da herança eurocêntrica, branca, patriarcal e do universo erudito. Afinal, as diversas camadas de uma cidade devem conviver no território e não serem soterradas por uma memória única e oficial.

Neste contexto, no conjunto dos movimentos culturais narrados pela historiografia cultural e artística de Cataguases, destaca-se o cinema como uma das primeiras expressões da cidade a alcançar reconhecimento e êxito em âmbito nacional. A trajetória inicial da cinematografia local está vinculada à fundação do Teatro Recreio. Nesse contexto, o cultivo e o comércio de café, elemento central na economia de Cataguases e de grande parte do estado, desempenharam um papel essencial ao impulsionar o desenvolvimento econômico da cidade, viabilizando, assim, a construção do Teatro Recreio, conforme ressaltado por Rezende e Silva (1908):

Cataguases era o grande empório regional do comércio de café. A vida social tornou-se brilhante [...] Foi quando Cataguases construiu os seus melhores prédios e o seu primeiro jardim, o do Largo do Comércio, e bem assim algumas fábricas, multiplicando em todos os sentidos as suas fontes de renda. Iniciou-se naquele ano a construção do Teatro Recreio, grande e famoso edifício, cuja inauguração se deu juntamente com a do Paço Municipal, em 1896. (Rezende e Silva, 1908, s. p.).

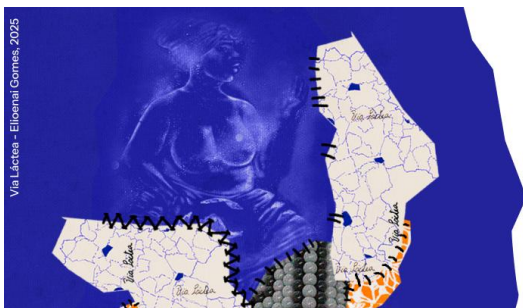


Já Rosário Fusco, Camilo Soares, Francisco Ignácio Peixoto, Guilhermino César, Ascânio Lopes, Christóphoro Fonte Bôa, Enrique de Resende, Oswaldo Abritta e Martins Mendes, jovens com idades entre 17 e 28 anos, foram responsáveis pela fundação do grupo Verde. Este movimento literário de inspiração modernista surgiu em 1927, inicialmente formado por alunos e professores do Ginásio (hoje consolidado como Colégio Cataguases, é uma escola estadual que oferta o Ensino Fundamental II e Ensino Médio). Sua consolidação aconteceu com o lançamento da "Revista Verde", uma publicação dedicada à arte e cultura, que contou com contribuições de grandes nomes da literatura da época, como Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Alcântara Machado e Oswald de Andrade. O encerramento da revista ocorreu após o falecimento de Ascânio Lopes, um de seus poetas mais destacados; no entanto, as obras dos participantes seguiram se expandindo e marcando presença no cenário literário (MELLO, 2014).

Em relação à arquitetura, a cidade viria a ser um polo modernista a partir de meados do século XX. Além do art déco, presente em inúmeras edificações da cidade (agência dos Correios, a atual fábrica têxtil Cataguases, antiga sede do Banco Nacional) e a arquitetura neocolonial (Prefeitura de Cataguases), a cidade passa por um momento de “invasão modernista” a partir de encomendas feitas por Francisco Inácio Peixoto, industrial e figura política na aristocracia cataguasense, além de outras parcerias e ações entre os mecenas da época e figuras como Oscar Niemeyer, Francisco Bolonha, Roberto Burle Marx entre outros (TAVARES; VIEIRA; DA SILVA 2019).

Mello (2014, p. 239) destaca a necessidade de uma reformulação do ambiente urbano, devido ao desenvolvimento industrial que se estabeleceu no Brasil do início do século XX, conseqüentemente em Cataguases, assim como a ligação entre indústria e arquitetura:

(...) a “vida diária” transformada pelo desenvolvimento industrial não só reivindicou a reestruturação do ambiente urbano, redes de comunicação e de distribuição mais amplas, novos programas e arranjos espaciais e, derivando desta última demanda, o incremento dos materiais e da tecnologia utilizados nas construções. Questões já consensuais e amplamente exploradas, onde



foram elencadas as relações de ordens diversas estabelecidas entre a produção da arquitetura e a industrial.

Miranda (2008) destaca trechos de cartas trocadas em 1945 entre Francisco Peixoto e Marques Rebelo, uma figura igualmente relevante no círculo cultural de Cataguases, que revelam a ambição de ambos em reconfigurar a cidade. Em uma dessas correspondências, menciona-se um projeto de reestruturação urbana atribuído a Aldary Toledo. Entre as propostas para transformar o espaço urbano, constava a intenção de demolir edificações de grande significado simbólico, como a Igreja Matriz (reformada, demolida e substituída) e o Cineteatro Recreio.

Entre as construções modernistas, figuram-se como cartão postal da cidade a Matriz de Santa Rita de Cássia com projeto arquitetônico de Edgar Guimarães do Valle e o Colégio Cataguases, projetado por Oscar Niemeyer.

Este percurso histórico evidencia a complexa interação entre fatores econômicos, agentes políticos e dinâmicas culturais na conformação do espaço urbano de Cataguases, oferecendo substrato fundamental para a compreensão de suas camadas simbólicas e materiais.

A formação socioeconômica da região de Cataguases, Minas Gerais, exemplifica os processos complexos e muitas vezes violentos que caracterizaram o desenvolvimento do interior do Brasil nos séculos XIX e XX. Longe de apresentar uma narrativa de progresso linear, sua história reflete a tensão entre a expansão agroexportadora, sustentada pelo trabalho escravo, e os projetos modernizadores que tentaram apagar as bases coloniais e racializadas desse próprio processo.

A figura de Marlière, frequentemente idealizada como o "apóstolo das selvas", teve um papel ambíguo na ocupação territorial da região. Apesar de suas políticas de contato controlado com as comunidades indígenas, suas ações facilitaram o deslocamento forçado de grupos autóctones. Este trabalho de "pacificação" abriu caminho para a apropriação sistemática de terras por fazendeiros de café, consolidando um modelo econômico fundamentado na exploração do trabalho e na desestruturação das comunidades tradicionais. Assim, a economia cafeeira emergente foi construída sobre a expropriação territorial indígena, um aspecto central para entender a configuração fundiária regional.



O desenvolvimento econômico em Cataguases foi profundamente marcado pelo binômio café-escravidão. A partir de meados do século XIX, o trabalho africano escravizado tornou-se a espinha dorsal das grandes propriedades agroexportadoras, como a icônica Fazenda da Glória, pertencente ao major Joaquim Vieira da Silva Pinto. Contudo, a historiografia tradicional operou um duplo apagamento ao relegar os africanos escravizados à condição de números nos registros cartoriais, ignorando sua contribuição cultural, social e econômica, além de reduzir ou folclorizar manifestações como o congado, a capoeira e as religiosidades bantu.

Esse apagamento documental e simbólico perpetuou narrativas que também invisibilizaram o protagonismo negro na construção da riqueza regional. A chegada da ferrovia em 1877 e o surto industrial na década de 1920 aprofundaram esse modelo com novas dinâmicas. As vilas operárias abrigavam majoritariamente descendentes de escravizados em condições precárias, enquanto uma elite branca e urbana celebrava o modernismo como símbolo de um progresso excludente.

O movimento modernista em Cataguases nas décadas de 1940 e 1950 consolidou uma narrativa estética hegemônica que serviu como forma de apagamento simbólico. O patronato de figuras como Francisco Inácio Peixoto, responsável pelo financiamento de obras de artistas renomados como Oscar Niemeyer e Cândido Portinari, projetou a cidade no cenário nacional.

Entretanto, essas obras geralmente ignoraram as heranças culturais indígenas e africanas, reforçando uma visão eurocêntrica de cultura desvinculada das raízes históricas regionais. Com isso, o modernismo local alimentou o mito da "democracia racial", suprimindo que a riqueza que sustentava seu projeto estético era fruto da exploração histórica de corpos negros e indígenas. Mesmo publicações vanguardistas como a revista Verde (1927-1929), inovadoras em linguagem artística, não confrontaram as estruturas coloniais e racistas permeando o contexto social de sua época. Esse projeto modernista se configura como uma forma de violência epistêmica ao substituir memórias diversas e conflitivas por uma identidade urbana universalizante e branca.

Apesar dos apagamentos históricos, práticas culturais e memórias persistem como formas subterrâneas de resistência. Estudos sobre arqueologia da memória na



bacia do Rio Pomba e relatos orais de comunidades quilombolas e indígenas apontam para a preservação de saberes ancestrais. No âmbito institucional, as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008—que estabelecem o ensino obrigatório sobre história e cultura afro-brasileira e indígena—criam oportunidades para revisitar o passado com uma perspectiva crítica. Projetos contemporâneos como o Rotas Territoriais buscam integrar marcos modernistas com sítios de memória afro-indígena em um circuito único, apresentando caminhos promissores para uma reconciliação crítica com a história regional. Essas iniciativas propõem desconstruir narrativas monolíticas e promover um entendimento mais plural do legado histórico, resgatando protagonistas historicamente silenciados.

3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A história de Cataguases exemplifica de forma emblemática um dos paradoxos centrais do desenvolvimento brasileiro: a construção de uma ideia de modernidade fundada sobre o apagamento de saberes e existências ancestrais. A presença de Guido Marlière, embora complexa e multifacetada, representou um agente de um projeto colonial cujas ações culminaram na subjugação de povos indígenas e comunidades africanas. Posteriormente, o movimento modernista inseriu a cidade em uma narrativa estética única, que sem intenção explícita acabou por silenciar as profundas raízes pluriculturais que compõem sua identidade.

Superar esse vazio na memória histórica exige muito mais do que uma revisão acadêmica; demanda uma transformação consciente das estruturas de poder que continuam a invisibilizar esses grupos. Nesse contexto, as reflexões do pensador Ailton Krenak (2022) oferecem uma importante perspectiva: a ideia de "futuro ancestral" está diretamente atrelada à nossa capacidade de restabelecer as conexões rompidas pela lógica da colonialidade, e dentro deste contexto, a arte e a educação são importantes estratégias.

Assim, ampliar o repertório de imagens e de referências dos alunos a partir de um olhar crítico sobre os territórios, conhecer melhor a cidade onde vivem e pensá-la como disparadora de processos educativos e artísticos, reconhecer a história,



a arte e a cultura indígena como conhecimentos sensíveis que revelam diferentes experiências do mundo são fundamentais numa aula de Arte e na Formação Docente em Arte.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro--Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei n. 11.645/2008, de 10 de março de 2008. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

CARVALHO, Francione Oliveira. As imagens da cultura negra utilizadas em sala de aula como reflexo da identidade do professo: um estudo sobre a prática e a formação dos professores de História, Arte e Língua Portuguesa. **Dissertação** (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2008.

CARVALHO, Francione Oliveira. A arte e a cultura afro-brasileira como descentramento sensorial na Pedagogia. **Revista GEARTE**, [S. l.], v. 8, n. 2, 2021. DOI: 10.22456/2357-9854.117510. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/gearte/article/view/117510>. Acesso em: 19 set. 2025.

DA SILVA, Atila Barros. Puris, História Dos Povos Indígenas Das Montanhas De Nova Friburgo, Rio De Janeiro. In: MACHADO, Gabriella Eldereti, FOLMER, Ivanio (org.). Debates contemporâneos: temas interdisciplinares, vol. 13, Arco Editores: Santa Maria, 2024.

FONSECA, C.D. Do sertão dos cataguases às Minas Gerais: As modalidades e o léxico da ocupação. In: Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas [online]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. Humanitas series, pp. 51-81.

KRENAK, Ailton. Futuro Ancestral. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MATTOS, Rodrigo Faria. Geografia Histórica da Ocupação Territorial da Zona da Mata Mineira. Juiz de Fora: UFJF, 2016.



MELLO, Fernando Antonio Oliveira. Cataguases e suas Modernidades. 2014. 356 f. **Tese** (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Programa de PósGraduação em Arquitetura e Urbanismo, Unb, Brasília, 2014. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/932105?mode=full>. Acesso em: 19 set. 2025.

METRAUX, Alfred. A Religião dos Tupinambás (1979, p. 209-219). Editora da Universidade de São Paulo - SP, 1979.

MIRANDA, Regina. Corpo-espaco: aspectos de uma geofilosofia do movimento. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

RAMOS, Melissa Ferreira. Re-Existência e Ressurgência Indígena: Diáspora e Transformações do Povo Puri. Viçosa, Minas Gerais, 2017. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/24334/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 20/07/2025.

REZENDE E SILVA, Arthur Vieira. (1908). O município de Cataguazes: esboço histórico. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais.

SAID, Edward W. Cultura e Imperialismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SAMPAIO, Teodoro Fernandes, O Tupi na Geografia Nacional, Gráfica da Escola de Aprendizes Artífices, Bahia, 3ª edição, 1928.

SOARES, Marcos José Veroneze. Descendentes de nativos da Zona da Mata Mineira—lembranças, trajetórias e memórias. **Anais eletrônicos do XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, Fortaleza, 2009.

TAVARES, Carlos Gonçalves; VIEIRA, Alba Pedreira; DA SILVA, Bruno Mendes. Processo de criação que (se) contamina e (se) ocupa: nos "entres" de dança, vídeo e cidade. **ARJ – Art Research Journal: Revista de Pesquisa em Artes**, Natal, v. 5, n. 2, 2019. DOI: 10.36025/arj.v5i2.13796. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/artresearchjournal/article/view/13796>. Acesso em: 19 set. 2025.